

PLANO ESTRATÉGICO DA ELETROBRAS, MAIS UMA VEZ O ENGODO DA PRIVATIZAÇÃO

A direção da Eletrobras publicou, no último dia primeiro de agosto, seu Plano Estratégico 2020-2035, onde expõe seus objetivos para o período. A atual direção da empresa coloca como meta principal “a criação de valor para investidores e demais partes interessadas”. De antemão fica claro que a atual diretoria não mais considera a Eletrobras uma empresa estatal, cuja meta deve ser a satisfação das necessidades da sociedade brasileira. Para a atual diretoria o objetivo principal é criar valor para investidores e em segundo lugar viriam as outras partes interessadas, dentre as quais os cidadãos brasileiros, em nome de quem o estado criou e administra a empresa.

A direção da Eletrobras constata que a empresa perdeu participação no mercado, mostrando os investimentos decrescentes ano após ano. Percebe-se que foi entre 2016 e 2019 que houve a maior queda nos investimentos, justamente o período de gestão do atual grupo político na direção da empresa.



Figura 1: Fonte: Plano Estratégico Eletrobras 2020-2035

A direção se vangloria que durante seu período de gestão o endividamento caiu.

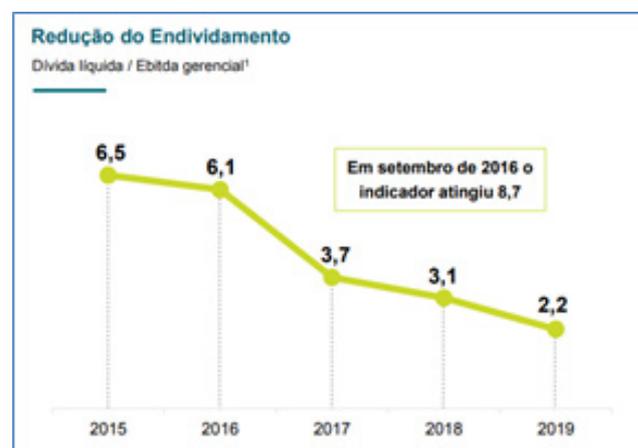


Figura 2: Fonte: Plano Estratégico Eletrobras 2020-2035

Hoje, em 2020, a relação Dívida Líquida/Ebitda da Eletrobras caiu ainda mais e encontra-se na casa de 1,6. Já a previsão de investimentos é ainda menor que a realizada no ano passado. A pergunta que precisa ser feita à atual diretoria da empresa é: Por que, mesmo com um endividamento decrescente e mais baixo que a média das empresas concorrentes, a Eletrobras investe cada vez menos?

A Eletrobras não só possui capacidade de endividamento visando novos projetos para gerar energia, desenvolvimento e empregos para o país, a empresa possui mais de R\$ 12,2 bilhões de reais em caixa e apresentou lucro de mais de R\$ 24 bilhões nos últimos dois anos. Além disso, a Eletrobras vai pagar R\$ 2,5 bilhões em dividendos a seus acionistas, sendo mais de R\$

1,6 bilhões para a União. O que os números indicam é que não investir é uma opção política do atual governo.

No mesmo documento a atual direção afirma que com a capitalização a empresa poderia investir de R\$ 12,6 bilhões por ano, já sem a capitalização, seriam R\$ 6,0 bilhões por ano.



Figura 3: Fonte: Plano Estratégico Eletrobras 2020-2035

A capitalização citada pela direção da empresa não viria de seus acionistas, não seriam aportes do tesouro, muito menos de seus sócios minoritários, mas sim um processo conhecido por “descotização”. Nesse processo, usinas antigas, já amortizadas, pagas ao longo de décadas pelos consumidores brasileiros e que hoje vendem uma energia mais barata, na média 60 R\$/MWh, passariam a vender a mesma energia no mercado livre, que na média do ano passado ficou acima dos 200 R\$/MWh.

Essa elevação do preço da energia das usinas cotizadas (cerca de 14 GW) irá, certamente, impactar na conta de luz do consumidor. A ANEEL, no ofício 416/2017, encaminhado ao MME afirmou que o processo de descotização poderia representar um aumento médio de 16% na tarifa final paga pelo consumidor. Ou seja, a direção da Eletrobras e o governo que a patrocina afirmam que para “gerar valor aos acionistas”, e eventualmente aumentar os investimentos, é preciso aumentar ainda mais a conta de luz do consumidor.

Mas a capitalização, proposta pelo projeto de lei 5.877/19, está condicionada à privatização da estatal. Esse prêmio, de poder vender energia mais cara, não viria para a atual Eletrobras, mas para uma nova Eletrobras, uma

empresa privada que de brasileira teria muito pouco.

Na verdade a atual direção da Eletrobras não tem se quer condições de prometer realizar mais investimentos caso aconteça a capitalização/privatização. Essa diretoria foi indicada pelo sócio controlador, a União, que no caso de uma Eletrobras privatizada deixaria de sê-lo. Seria uma nova empresa, com novos controladores, muito provavelmente estrangeiros, com outros objetivos que não a satisfação das necessidades da sociedade brasileira. A atual Eletrobras, estatal, não pode assumir nenhum compromisso para a “nova Eletrobras” privada.

Mas para aqueles que ainda acreditam na promessa de que com a privatização e o aumento da tarifa para o sofrido consumidor brasileiro haveria mais investimentos, vale a pena verificar o que tem feito as empresas privadas do setor elétrico nos últimos tempos.

A tabela abaixo deixa claro que para as empresas privadas tem colocado como prioridade, não os investimentos, mas sim a “criação de valor” para os acionistas, com farta distribuição de dividendos para seus controladores estrangeiros.

2019 (em R\$ milhões)				1T 2020 (em R\$ milhões)		
Grupo	Lucro Líquido	EBITDA	Dividendos e JCP	Grupo	Lucro Líquido	EBITDA
Eletrobras	10.744	13.210	2.540	Eletrobras	307	2.803
Engie	2.311	5.163	2.197	Engie		
CPFL	2.748	6.394	2.075	CPFL	508	1.696
ISA-CTEEP	1.222	2.451	995	ISA-CTEEP	904	674
Cemig	2.552	4.624	764	Cemig	587	1.345
Enel	3.403	5.626	761	Enel		
Copel	2.063	4.285	643	Copel	594	1.231
EDP	1.388	2.941	604	EDP	271	699
Neoenergia	2.229	5.719	555	Neoenergia	577	1.525
Equatorial	2.416	5.021	323	Equatorial		
Energisa	527	3.839	195	Energisa	582	849
Total	31.603	59.273	11.652	Total	4.330	10.822

Fonte: Demonstrações Financeiras das Empresas.
 Elaboração: Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE)
 EBITDA: Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.

Figura 4: Fonte: Demonstrações Financeiras das Empresas

A gigante francesa Engie transformou 95% de seu lucro em dividendos para seus acionistas e a CPFL, controlada pelos chineses vai mandar para seus sócios 75% de seu lucro no ano passado. O caso da CPFL chama a atenção, pois a

empresa requereu o empréstimo da Conta Covid, destinada a socorrer distribuidoras em dificuldades por causa da pandemia. Esse empréstimo será pago pelos consumidores, o que vai onerar ainda mais a tarifa de energia. Se a CPFL estivesse em dificuldades financeiras estaria pagando generosos dividendos a seus acionistas?

O Plano Estratégico da Eletrobras não passa de um engodo, assim como a própria proposta de privatização da Eletrobras. Ao afirmar que a empresa poderia investir no máximo R\$ 6,0 bilhões por ano sem a privatização, a direção da empresa omite que em novos empreendimentos no máximo 30% do investimento é oriundo de capital próprio, sendo o restante proveniente de financiamentos, debêntures e outros capitais de terceiros. Omite também o fato de

que a Eletrobras atua geralmente em parceria com a iniciativa privada, através de Sociedades de Propósito Específico (SPE), que arcam com parte dos investimentos.

Não há nenhuma garantia de que uma Eletrobras privatizada vá realizar investimentos ao invés de remeter a maior parte de seus lucros para seus acionistas, não há qualquer instrumento legal que obrigue empresas privadas de geração e transmissão de energia a realizarem novos investimentos. O que há hoje é uma Eletrobras pública, capitalizada, desalavancada, com um quadro técnico qualificado e com experiência na execução de grandes projetos de infraestrutura. Falta o governo federal e a atual direção da empresa tomar a decisão política de utilizar a Eletrobras como uma ferramenta efetiva para a retomada da economia brasileira.

(Reprodução do boletim da Aesel)



DIGA NÃO À PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

CNE
COLETTIVO NACIONAL DOS ELETRICISTAS